

# EFEITOS DA INSERÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SOBRE O DESEMPENHO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA NO BRASIL

**Sandro Pereira Silva**

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). *E-mail:* sandro.pereira@ipea.gov.br.

**Juliane da Silva Ciríaco**

Bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea. *E-mail:* juliane.ciriaco@ipea.gov.br.

**Eduardo Luiz Zen**

Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea. *E-mail:* eduardo.zen@ipea.gov.br.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3039-port>

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), constitui o principal programa alimentar do Brasil, quiçá do mundo. A iniciativa atende toda a rede pública de ensino básico, desde a infantil até a educação de jovens e adultos (EJA), totalizando, em média, mais de 40 milhões de refeições servidas diariamente durante o calendário escolar. Seu objetivo é garantir parte das necessidades nutricionais diárias desses estudantes no período em que permanecem na unidade de ensino. Com isso, além de contribuir para a melhoria da aprendizagem e do rendimento escolar, o PNAE busca promover a saúde de crianças e adolescentes, com seu adequado crescimento e desenvolvimento nutricional, fomentando a adoção de bons hábitos de alimentação saudável e apropriada.

Com a significativa mudança normativa ocorrida com a promulgação da Lei nº 11.947/2009, o PNAE passou a incorporar novas demandas em suas rotinas operacionais. Entre elas está a exigência por parte das unidades subnacionais de gastarem no mínimo 30% dos recursos recebidos do FNDE para a

aquisição de produtos advindos diretamente de estabelecimentos de agricultura familiar.

Embora a implementação dessa nova exigência operacional tenha ocorrido de forma heterogênea entre as unidades federativas, os números mais recentes demonstram certa convergência em torno de seu cumprimento por estados e municípios. Torna-se mister avaliar os possíveis efeitos dessa mudança institucional e sua respectiva efetivação no território brasileiro.

Este estudo buscou, então, analisar o impacto do PNAE, mais precisamente da inserção da agricultura familiar no fornecimento de alimentação escolar, nas notas dos alunos do ensino fundamental, utilizando dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) nas disciplinas de português e matemática nos anos de 2013 e 2019. Em termos metodológicos, adotou-se um diferencial em relação a outros estudos sobre o tema ao verificar dois momentos distintos, sendo o primeiro (em 2013) quando a regra de compras ainda estava sendo assimilada pela maioria dos municípios, e o segundo (em 2019) quando um número maior de municípios já cumpria a regra e o

# SUMEX

percentual médio nacional de compras da agricultura familiar para o PNAE superava o patamar mínimo de 30%. A escolha desses dois períodos proporcionou também avaliar a correlação entre melhorias nas notas médias dos testes e o aumento nas médias municipais de compras da agricultura durante o intervalo entre eles. Ademais, como variável explicativa principal, em vez de utilizar apenas o resultado para o mesmo ano dos testes, optou-se por médias móveis do percentual de compras por parte dos municípios, em recortes temporais dentro das mesmas gestões municipais, nos períodos que antecedem cada um dos anos dos testes analisados.

Os principais resultados do estudo foram subdivididos em duas partes: i) efeitos do valor percentual de compras da agricultura familiar para o PNAE, conforme previsto na Lei nº 11.947/2009, sobre os valores médios escolares do Saeb em crianças dos anos finais do ensino fundamental nas escolas públicas municipais de 2013 e 2019; e ii) decomposição das notas escolares nos períodos avaliados.

Ambos os modelos analíticos revelaram associações positivas entre esse aspecto do programa e o desempenho dos alunos nos testes, o que expressa a relevância do investimento em alimentação escolar para a qualidade do aprendizado de crianças brasileiras, em especial aquelas da rede pública municipal de ensino. As análises realizadas demonstraram que o aumento do percentual de compras públicas da agricultura familiar para o PNAE bem como o cumprimento da Lei nº 11.947/2009 pelos municípios estão associados (correlação estatisticamente significativa) a incrementos crescentes nas notas dos estudantes para os dois períodos observados.

Ademais, a decomposição das notas permitiu a compreensão mais detalhada do papel do PNAE nesse processo, ao destacar sua importância relativa na melhoria das notas ao longo do tempo, emergindo como uma das três variáveis mais relevantes na explicação das variações observadas na dinâmica temporal. Tais achados ressaltam o caráter multidimensional do PNAE enquanto política pública nacional, dado que sua eficácia vai além da assistência nutricional dos estudantes.